

**33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT 25: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Organizações comerciais chinesas e segmentações étnicas do mercado de trabalho  
informal no Nordeste Brasileiro**

**MARCOS DE ARAÚJO SILVA (UFPE)**

**Resumo:** Este trabalho discute interfaces entre estratégias de organização económica com bases étnicas e processos de mobilidade social na vida de indivíduos de origem chinesa que residem em Pernambuco. As esferas de trabalho nas quais os imigrantes investigados atuam evidenciam a noção étnica de associar o sucesso dos seus negócios ao fato de serem chineses e ajudam a problematizar a hipótese de que apesar de conterem elementos “aprisionantes”, a intersecção de elementos étnicos com atividades comerciais não é incompatível com a ideia de “arriscar e ser livre” colocada por interlocutores como uma das principais motivações para suas emigrações. Isso porque tal intersecção costuma ser temporária e imprescindível nos momentos de maior vulnerabilidade, nos quais chineses recém-chegados mais necessitam de ajuda e simultaneamente, mais são vistos com desconfiança pelas sociedades anfitriãs.

### **A Diáspora Chinesa e a RPC Contemporânea**

Nos últimos anos, muitas informações vêm sendo divulgadas acerca do intenso desenvolvimento econômico da China. Entretanto, tal fluxo informacional não tem sido acompanhado devidamente de reflexões acerca das profundas transformações socioculturais, ideológicas e identitárias que foram responsáveis por este processo, que ocorrem concomitantes a ele e que estão alterando o sentido de “ser chinês” na contemporaneidade. Essa foi uma das razões que me levaram a pesquisar a diáspora chinesa e seus integrantes em Pernambuco. Entendo o termo “diáspora” como um conjunto de experiências subjetivas que integram deslocamentos, desigualdades sociais, hibridismos e conflitos culturais (Clifford, 1994). Para Carolyn Cartier e Laurence J. C. Ma (2003), a diáspora chinesa constitui um dos mais antigos movimentos de dispersão populacional no mundo e é a maior da contemporaneidade, sendo representada por mais de 35 milhões de pessoas ultramar, nos cinco continentes.

Além de diálogos entre aspectos do cotidiano de imigrantes transnacionais (como sazonalidade e vínculos identitários, afetivos e/ou familiares com mais de um país, entre outros) e da dinâmica e possivelmente fragmentada etnicidade chinesa, os dados que coletei com base em uma pesquisa etnográfica iniciada em 2006 indicam complementaridade entre esses aspectos e as práticas econômicas fomentadas por esses imigrantes no estado de Pernambuco. Antes de descrever e refletir sobre a realidade

sociocultural investigada, algumas considerações devem ser feitas. Em termos políticos e econômicos, 1978 foi um ano de transição na história da República Popular da China (RPC). Nesta data, o país começou a implementar reformas para adotar uma economia “de portas abertas” para o mercado internacional. Taiwan foi um dos primeiros e principais investidores das cinco Zonas Especiais de Desenvolvimento criadas na RPC, o que intensificou os fluxos econômicos e a circulação de pessoas entre os dois territórios, apesar da inexistência de relações diplomáticas oficiais durante vários anos<sup>1</sup>. As principais reformas conduzidas por Deng Xiaoping (dirigente-mor da RPC de 1976 a 1997) incluíram a privatização das fazendas (acabando com a agricultura coletiva) e das indústrias estatais que tivessem desempenho considerado baixo.

Em 1997, a RPC acabou com o princípio de propriedade estatal e atualmente, cerca de 70% de sua economia é privada, índice que permanece em escala ascendente. Xiaoping foi o principal representante de uma estrutura política que reformulou as bases do socialismo chinês; ele inclusive incentivou mudanças comportamentais quando conclamou que “ser rico é glorioso” em 1992, numa época em que os números do PIB da RPC já cresciam vertiginosamente. Ainda nas primeiras conversas que tive com três dos meus principais interlocutores, eles me alertaram para que eu não me preocupasse apenas com os números e as estatísticas que envolvem as taxas do crescimento chinês; “*tem muito mais coisa nisso aí*”, declarou um deles. Ou seja, era imprescindível considerar na investigação as interfaces entre a difusão de preceitos neoliberais e o “boom” econômico trazido pelo “capitalismo socialista” da RPC, fatores que, segundo alguns interlocutores, afetam a maneira de “ser chinês” na atualidade, estejam eles aqui ou lá.

Após realizarem estudos e pesquisas sobre a questão acima colocada, as antropólogas Li Zhang e Aihwa Ong (2008) defendem que a encruzilhada entre

---

<sup>1</sup> No dia 22 de março de 2008, O candidato de oposição Ma Ying-jeou, partidário de uma aproximação com a RPC, venceu as eleições presidenciais de Taiwan com 59% dos votos, derrotando seu adversário e as políticas nacionalistas radicais do ex-presidente Chen Shui-bian, que ficou oito anos consecutivos no poder. No dia 20 de maio de 2008, Ma Ying-jeou assumiu seu novo posto declarando interesse em manter boas relações com a RPC. Dois dias depois, a imprensa estatal afirmou que o governo da RPC está preparado para retomar o diálogo direto com Taiwan pela primeira vez em mais de uma década. Apesar da rivalidade de longa data, a RPC é o primeiro mercado exportador de Taiwan e seu maior parceiro comercial; em 2007 o comércio bilateral no estreito alcançou US\$ 102 bilhões. Alguns analistas comentaram que o resultado da eleição foi reflexo do alto pragmatismo do povo de Taiwan, que frente à estagnação econômica da ilha, quer aproximar cada vez mais seus negócios com os da RPC, sem que isso signifique uma reintegração com ela. Fontes:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u384635.shtml>. 23 de maio de 2008.

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/05/22/ult611u77992.jhtm>. 22 de Maio de 2008.

privatização e regime socialista na atual RPC não é uma forma desviante, mas uma articulação particular de neoliberalismo, que elas chamam de “socialismo à distância”. Os argumentos destas duas autoras são formulados a partir, sobretudo, de dois preceitos-chave: O primeiro é que, não ficando limitado às atividades do mercado, o discurso chinês sobre privatização disponibiliza um conjunto de técnicas que aperfeiçoam ganhos econômicos pela promoção de poderes da personalidade: partindo da idéia de que atividades calculativas do mercado não podem ser facilmente compartimentalizadas, elas então modelam pensamentos e atividades em outras esferas da ação social, produzindo valores de interesses próprios que se movem sem controles efetivos e que acabam proliferando na vida cotidiana. Dessa forma, Zhang e Ong acreditam que a adoção de imperativos neoliberais tem penetrado a essência do que significa ser e portar-se como um chinês na atualidade.

O segundo preceito-chave das autoras vê a privatização como um conjunto de mecanismos associados com neoliberalismo enquanto uma tecnologia para governar e conquistar o crescimento considerado ideal. Nikolas Rose (apud Zhang; Ong, 2008) conceitualiza neoliberalismo como uma tecnologia de governo que capitaliza “poderes de liberdade” para induzir cidadãos a serem sujeitos auto-responsáveis, auto-empresendedores e autônomos de nações liberais avançadas. Esta estratégia neoliberal, comentam Zhang e Ong, de estimular que os indivíduos mobilizem suas capacidades individuais para que se tornem autônomos, é chamada de “governar à distância” e em um nível básico, as técnicas de privatização requerem práticas autônomas, o “despotismo da personalidade” que “repousa no coração do liberalismo”, segundo Rose.

A principal idéia defendida por Zhang e Ong é que o sistema socialista não está morto na RPC e nem se tornou uma variante de modelos ocidentais de neoliberalismo. Para elas, a adoção de um raciocínio neoliberal tem tornado possível um tipo de socialismo à distância, no qual normas e práticas relacionadas a privatizações proliferam em simbiose com a manutenção do regime autoritário. Os argumentos de Zhang e Ong me ajudaram a compreender melhor as formas pelas quais elementos promovidos pela nova conjuntura político-econômica da RPC e de Taiwan podem se fazer presentes nos processos de (re)construção de “novas” subjetividades e identidades étnicas dos imigrantes chineses em Pernambuco, principalmente aqueles que “vivem lá e cá” ou que, quando interrogados se após anos vivendo aqui no Brasil, se sentiam mais imigrantes

chineses, brasileiros de origem chinesa ou sino-brasileiros, responderam: “*eu sou tudo isso*”.

### **Organizações Comerciais de Produtos Importados da China para o Brasil**

De acordo com fontes orais e documentais<sup>2</sup>, houve três principais fases da corrente migratória chinesa para o Estado de Pernambuco durante o século XX. Seguindo uma tendência ocorrida no restante do país, a primeira destas três levou, iniciada na década de 1950, começou com a chegada de 10 engenheiros convidados pelo governo do estado de Pernambuco para estudar a diversificação agrícola e colaborar na conclusão de algumas obras de reformulações urbanas na cidade do Recife. A segunda corrente migratória chinesa para Pernambuco começou em meados da década de 1970, e diferente da primeira, que teve em seu início uma forte conotação política, esta apresentava a proeminência da questão econômica e trazia consigo pessoas em busca de oportunidades de trabalho e riqueza. Neste segundo momento, passou a existir aspectos importantes: a presença de chineses no estado que vinham do Paraguai, ao lado de uma parcela que continuava vindo de São Paulo e de outra que, devido a contatos com os já existentes “chineses pernambucanos”, vinham direto de Taiwan para o Recife<sup>3</sup>.

Este segundo fluxo foi impulsionado, principalmente, pelos vínculos familiares e/ou afetivos com os que já estavam estabelecidos no Recife e região metropolitana e se consolidou durante a década de 1980, com o início da expansão mundial das redes de

---

<sup>2</sup> Como por exemplo, o levantamento “A Presença Chinesa no Brasil”, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). <http://www.fundaj.gov.br/china/china02.html>. Para maiores referências sobre esta questão, ver Leite (1999), Sproviero (1990, 2004, 2001, 2002) e Ho e Lauand (1997).

<sup>3</sup> Aqui é importante esclarecer porque os taiwaneses emigrados são incluídos na chamada “diáspora chinesa”. Jonathan Manthorpe (2005) e John Cooper (1999) estimam que mais de 80% da população de Taiwan seja composta pelos grupos *hakka* e *fukien* (oriundos da China Continental e que se instalaram na ilha a partir do século XVII) e que menos de 20% seja constituída de *mainlanders*; grupo composto pelos chineses que se refugiaram na ilha de Taiwan após os nacionalistas liderados por Chiang Kai-shek serem expulsos da República Popular da China (RPC) em 1949. Em termos étnicos, estes citados autores afirmam que tanto os *hakkas*, quanto os *fukiens* e os *mainlanders* são atualmente caracterizados como Han, que por sua vez é a maior das 56 etnias que a RPC reconhece em seu território, correspondendo, segundo dados de 2007, a 92% da população deste país. Por essa razão, dados também de 2007 indicam que 98% da população de Taiwan são chineses Han, e suas outras etnias, Gaoshan, Mongol, Hui e Miao (consideradas aborígenes) representam 2%. Para alguns historiadores, centenas de etnias que já existiram no território continental da China desapareceram ou foram diluídas no grupo dos Han, o que explicaria sua grande percentagem na atualidade. Devido a esta citada proeminência dos Han, entre outros fatores, pesquisadores e cientistas sociais que se detiveram ou que se detêm sobre o fenômeno da diáspora chinesa continuam incluindo os taiwaneses emigrados a esta corrente diaspórica; a população de Taiwan, segundo eles, é predominantemente chinesa.

produtos *Made in China*. Por fim, a 3ª onda imigratória, que teve início nos anos 1990 e continua até os dias atuais, está vinculada, sobretudo, ao processo de consolidação das redes transnacionais de comércio chinês, através de parte de seus representantes que, devido a uma conjuntura específica (parceiros chineses/taiwaneses em cidades estratégicas no Brasil e no Paraguai, políticas e práticas aduaneiras que possibilitavam o escoamento dos produtos e existência de amplos mercados a serem explorados, entre outros fatores), quiseram não atuar mais apenas na intermediação das mercadorias, mas tentar controlar inúmeros trajetos de produção, distribuição e venda direta dos produtos aos consumidores<sup>4</sup>. A principal diferença desta terceira onda imigratória chinesa para o Brasil/Pernambuco, em relação às duas levadas anteriores, é a presença majoritária de imigrantes oriundos da RPC: “*O quadro está se invertendo*”, comentou o Sr Julius King, 69 anos, oriundo de Taiwan, sobre esta questão.

Este atual fluxo apresenta ainda dois aspectos importantes: a transitoriedade de parte significativa dos seus integrantes e a atuação de membros da segunda geração, muitas vezes determinante para articulações e consecuições específicas. O primeiro aspecto está relacionado, sobretudo, às dinâmicas da circulação do comércio transnacional e o segundo, à possibilidade que os brasileiros de origem chinesa e os chineses “puros” e “mestiços”<sup>5</sup> têm de maximizar oportunidades e vantagens, a partir de agenciamentos e manipulações que podem envolver suas ascendências e seus domínios de idiomas e repertórios culturais, suas condições que se relacionam à *transnacionalidade* (Ribeiro, 2000) entre outros fatores.

De acordo com os registros do controle de imigração da Polícia Federal Brasileira em 05/09/2007, existem 658 imigrantes chineses trabalhando ou estudando legalmente no estado de Pernambuco<sup>6</sup>. Eu já vinha fazendo pesquisas preliminares sobre chineses no

---

<sup>4</sup> Esta hipótese é construída a partir de um apanhado de diversos estudos etnográficos que se detiveram sobre o tema e que chegaram a conclusões semelhantes ou que se complementam. Sobre tais estudos, ver Machado (2007a, 2007b, 2008); Cunha e Melo (2005) e Silva (2008).

<sup>5</sup> A comunidade chinesa de Pernambuco costuma chamar de “puros” os chineses da segunda geração que, mesmo tendo nascido no Brasil, possuem pai e mãe chineses. Já chineses “mestiços” ou “misturados” são os membros que possuem o pai ou a mãe brasileira. É comum encontrar homens chineses casados com brasileiras em Pernambuco, o que revelaria uma possível abertura ou exogamia étnica, mas é importante considerar que este fenômeno está imbuído de questões (ou hierarquias) de gênero, já que são raros os casos de mulheres chinesas casadas com homens brasileiros.

<sup>6</sup> Este número não inclui os imigrantes que se naturalizaram, a maioria dos integrantes da 2ª geração (que possui a nacionalidade brasileira) e obviamente, os que se encontram em situação irregular no estado. Por isso, estes dados oficiais divergem dos fornecidos pelos próprios chineses, que ao falarem de sua comunidade em Pernambuco, sempre se referem a mais de 2.000 pessoas. A constituição brasileira permite

Recife desde 2006, mas iniciei uma pesquisa etnográfica constante em maio de 2007 realizando, primeiramente, observações diretas das atividades voltadas ao comércio de produtos importados da China no centro do Recife (Bairros de São José, Santo Antonio e Boa Vista) e destes mesmos produtos, além de confecções, na Feira dos Importados, na Feira da Sulanca e em demais espaços do centro da cidade de Caruaru. Depois de um mês e meio desta primeira etapa da pesquisa, verifiquei a presença de cinquenta e dois estabelecimentos deste tipo no centro do Recife e quinze pontos comerciais em Caruaru que contavam com a presença de imigrantes chineses trabalhando e/ou gerenciando as atividades. Em Recife, encontrei lojas e boxes de pequeno e médio porte e em Caruaru, quatro barracas na Feira dos Importados, seis lojas de confecções na área dos arredores do Parque 18 de Maio (no centro da cidade), e outras cinco barracas e boxes na Feira da Sulanca que também comercializavam produtos importados.

Antes de adentrarmos no cotidiano destas áreas de comércio, é importante dizer que concordo com Rosana Pinheiro Machado (2008), quando ela, reforçando a complexidade da noção de mercado de trabalho informal com base em um estudo etnográfico sobre a circulação de bens entre a China, o Paraguai e o Brasil, afirma que

Partindo da realidade atual, onde o desemprego, a pobreza e o trabalho precário mantêm-se como uma dura realidade em países em desenvolvimento, reatualiza-se permanentemente a necessidade de pensar as relações de trabalho informais ou flexíveis não como uma “bolha” que flutua à margem do mercado capitalista, mas como parte intrínseca desse mercado e que está arraigada de forma visceral ao Estado, ao sistema econômico e ao mercado de trabalho formal no país e fora dele. O debate nas ciências humanas tem demandado o acréscimo de novas variáveis sobre o tema, como os fluxos velozes da globalização, que fazem dos ditos “mercados informais” circuitos cada vez mais modernizados e conectados em escala interplanetária.

(Machado, 2008: p. 118)

No bairro de São José/Recife, fica a Rua das Calçadas e em uma das extremidades desta rua, próxima ao Mercado de São José, se encontra uma pequena galeria, popularmente conhecida como o “shoppinzinho dos chineses”. Esta referida galeria possui em seu primeiro piso, seis dos cinquenta e dois citados estabelecimentos

---

que estrangeiros que residem no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos requeiram a nacionalidade e concede visto de permanência aos que possuem cônjuge brasileiro (desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 anos) ou um filho brasileiro que esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente.

recifenses, e no segundo piso funciona um restaurante e uma agência de viagens especializada em turismo pelo Nordeste Brasileiro e pela Ásia; atualmente ela é propriedade de Léo Li<sup>7</sup>, 42 anos, taiwanês naturalizado brasileiro que administra todas suas atividades e que declarou ajudar três casais de “irmãos chineses” lhes dando emprego e oportunidades nos seis boxes desta galeria.

Segundo doze comerciantes brasileiros da área com os quais conversei, tendo se configurado da maneira como é hoje no final dos anos 1990, esta galeria é um típico exemplo da principal estratégia utilizada pelos chineses para adquirirem pontos comerciais em São José e Santo Antonio (bairros que concentram 43 das 52 lojas chinesas no centro do Recife) de forma constante: a oferta de produtos importados por preços muito baixos que inviabilizava a continuidade de uma concorrência por parte dos comerciantes brasileiros e que concedia, aos chineses, a oportunidade de adquirirem pontos comerciais de proprietários endividados; pontos estes que tinham ficado desvalorizados justamente devido às suas atuações. Tais 52 lojas/boxes chinesas do centro do Recife são especializadas na venda de sombrinhas, guarda-chuvas, canetas, relógios, brinquedos, calculadoras, bijuterias e bugigangas em geral.

A partir da década de 1990, algumas ruas do bairro de São José, sobretudo, começaram a ficar visivelmente “chinesas” e a serem identificadas, em termos étnicos, pela presença de integrantes deste grupo. Com o passar dos dias de pesquisa, percebi que em cada um dos estabelecimentos destes imigrantes, costumava haver dois chineses, sendo que um destes, em praticamente todas as lojas/boxes, era que ficava no caixa; os outros atendiam os clientes ou vigiavam o trabalho dos demais funcionários, brasileiros. Algumas impressões, já notadas nos primeiros dias, foram sendo corroboradas com o passar das semanas: a primeira era de que havia certo intercâmbio de parte destas pessoas entre os estabelecimentos: diversos chineses que eu já havia identificado trabalhando em determinadas lojas, foram vistos atuando na mesma função em outras que vendiam produtos similares. A princípio, isso indicava uma ligação não apenas entre estes estabelecimentos, mas principalmente entre os seus proprietários ou locatários<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Todas as pessoas citadas neste paper estão sendo apresentadas com nomes fictícios para preservá-las.

<sup>8</sup> Esta impressão foi confirmada quando a continuidade da pesquisa mostrou que um grupo de cinco homens chineses (entre eles Léo Li) eram proprietários de ao menos vinte das cinquenta e duas lojas chinesas na área do centro do Recife.



A segunda impressão era de que a língua era um elemento demarcador de fronteiras entre chineses e brasileiros e isso fez com que eu tivesse a impressão de que esses imigrantes integravam uma *comunidade de fala*<sup>9</sup>. Entre si, os imigrantes falavam mandarim ou cantonês, dependendo da região de onde vieram, e quando tinham que se comunicar com os brasileiros, aqueles que falavam razoavelmente a língua portuguesa a utilizavam para “conquistar os fregueses” e outros mais novos, que estavam na fase de aprender o mínimo necessário para as relações comerciais, costumavam ser monossilábicos.

Após a etapa da delimitação espacial e identificação dos ambientes de sociabilidade nestas esferas comerciais, iniciei as tentativas de me aproximar dos imigrantes chineses que havia identificado nestes citados ambientes. Foi uma rotina que se seguiu por cerca de cinco semanas: eu chegava nos diversos estabelecimentos, me apresentava e falava sobre os meus objetivos: dizia que estava fazendo uma pesquisa sobre chineses que moravam em Pernambuco e que gostaria de poder conhecer mais o cotidiano da loja, conversar um pouco com eles e que poderíamos marcar para conversar em outra ocasião, caso fosse mais conveniente.

As dificuldades de comunicação, a rejeição e a desconfiança dos chineses nos ambientes de comércio de produtos importados encontradas em Caruaru, também se apresentaram (devido a fatores semelhantes) de forma constante, nestes ambientes em Recife: diversos chineses não sabiam falar português e boa parte dos que falavam essa língua, ainda que de maneira rudimentar, deu respostas similares às minhas indagações: “*Tu já tava zanzando por aí, pra quê essa pesquisa?*”, “*Gente tem nada pra falar não, se cê andar, vai ver uns chinês que fala feito brasileiro, procura eles*”, “*A única coisa que eu tem pra falar é os preço, se cê num quer comprar, num tem que fazer aqui*”. Os chineses daquela área mantêm uma espécie de rede informacional que fez com que a minha presença e meus questionamentos como pesquisador rapidamente se difundissem. Por isso, alguns dos primeiros imigrantes que estabeleci contato e que perceberam que minhas perguntas eram simples, objetivas e não tocavam na questão da origem e da

---

<sup>9</sup> John Gumperz (1972) considera o conceito de *comunidade de fala* (ou linguística) como um construto social no qual as variedades de fala empregadas formam um sistema porque elas se referem a um conjunto compartilhado de normas sociais. Concordo com Morgan (2004) quando ela salienta que a ideia de comunidades de fala de Gumperz inclui não apenas as linguagens e suas respectivas fronteiras, mas também os valores, atitudes, crenças e ideologias que os grupos sociais que integram tais comunidades desenvolvem a partir de suas interações comunicativas.

circulação dos produtos comercializados, me ajudaram a convencer outros chineses a conversar comigo: “*Fala aí, ele não pergunta nada de mais*”, disse Chun, 35 anos, para um dos seus empregados que estava receoso em aceitar ser entrevistado.

Depois de muita insistência e respostas parecidas com as citadas, consegui falar com 37 chineses<sup>10</sup>. De uma maneira geral, todos esses 37 entrevistados salientaram que nossa conversa deveria durar pouco tempo. Devido a estas exigências, elaborei um roteiro de entrevista simples que continha apenas 11 perguntas. Quando eu tentava continuar a conversa, alguns poucos aceitaram e falaram que já tinham experiência em trabalhar com comércio em Taiwan ou na RPC e que atualmente vendiam produtos chineses por causa de contatos com co-étnicos que distribuem mercadorias desde a China, outros terminavam a conversa, alegando que tinham coisas para fazer ou que não queriam mais falar. Com outros chineses, por mais que eu insistisse que a conversa seria rápida, que gostaria apenas de conhecer seu cotidiano, a cultura chinesa, enfim, eles alegavam entender português “só pra vender”, não ter tempo ou vontade para falar comigo.

Desde março de 2007 eu estudava informalmente chinês (mandarim) através de cursos on-line disponibilizados pela internet e em fevereiro de 2008 eu comecei a ter aulas desta língua no Centro Cultural e Educacional Brasil-China (CCEBC) de Recife. Já em abril de 2008, eu comecei a voltar aos estabelecimentos daqueles que, para não falar nada comigo, tinham alegado que só falavam chinês. Com meus escassos conhecimentos adquiridos, foi possível realizar o já citado roteiro de entrevista presencialmente com mais 29 chineses e até despertar uma certa simpatia de alguns que antes, tinham sido ríspidos. Parecia que a simples pergunta *Ni jiào shénme míngzi?* [Como você se chama?] fazia com que os interlocutores olhassem para mim de maneira diferente.

Alguns riram quando me viam “arranhando” a língua chinesa e outros agiram de forma natural, mas de uma maneira geral, quando perguntados em mandarim, a maior

---

<sup>10</sup> Vale salientar que eu conheci e estabeleci contato com 18 desses 37 entrevistados (que atuam no comércio de produtos importados no centro do Recife) em ambientes religiosos ligados à prática budista e protestante nas cidades de Recife e Olinda e também conheci e estabeleci contato com outros 7 (desses 37 entrevistados) no ambiente virtual da internet. Apesar de não trabalharem naquelas lojas e boxes durante toda a semana, 4 dos 7 entrevistados que conheci na internet e 10 dos 18 chineses (que conheci em esferas religiosas) são proprietários, gerentes, trabalham como carregadores para os estabelecimentos ou atuam como intermediários na importação de produtos chineses. Provavelmente, se a pesquisa etnográfica não tivesse incluído o ambiente da internet e se a pesquisa empírica não tivesse incluído esferas religiosas, eu não teria conhecido e podido conversar com esses chineses.

parte dos que falavam esta língua respondeu. Um deles comentou comigo: “*É, cê tá interessado em cultura de China, né?*”. Se antes alguns alegavam não entender português com fluência para conversar comigo, neste segundo momento, diversos chineses com os quais iniciei perguntas em mandarim se disponibilizavam a conversar comigo neste língua. Só que aí o quadro se invertia e eu, infelizmente, tinha que encerrar a conversa, justificando para isso não ter ainda fluência na língua chinesa<sup>11</sup>.

Coletei entrevistas com 66 chineses que trabalham na área do centro do Recife comercializando produtos Made in China ou sendo responsáveis pela sua circulação (42 homens e 24 mulheres), no período de maio/2007 a junho/2008; foram aplicadas 37 entrevistas em português e 29 em mandarim. Com base na amostragem dessas 66 entrevistas, foi possível estabelecer uma subdivisão de três grupos de imigrantes: o primeiro grupo é composto por 16 pessoas (24%) que estão há mais de 20 anos no Brasil, o segundo grupo corresponde a 30 pessoas (46%) que chegaram ao Brasil na década de 1990 e o terceiro grupo é composto por 20 pessoas (30%) que chegaram ao Brasil após o ano de 2000. Esses três grupos foram concebidos analiticamente visando uma melhor descrição das diferenças verificadas entre os membros e que se constituíam a partir dos distintos momentos de chegada deles ao Brasil.

Todos esses chineses entrevistados eram de uma primeira geração (*dìyidài*) e de forma comumente, eles enfatizaram seu empenho em priorizar o estudo dos filhos que possuem em detrimento de sua possível ajuda e participação nos negócios. O primeiro grupo, que possui a faixa etária média de 48 anos, é composto por imigrantes estabilizados que em sua maioria é proprietária dos estabelecimentos onde trabalham, sejam eles boxes ou lojas. Cerca de 80% destes chineses nasceram em Taiwan e são casados (25% com brasileiras); a maioria possui filhos nascidos no Brasil, membros da segunda geração (*dìèrdài*)<sup>12</sup>. Não verifiquei nenhuma mulher chinesa casada com algum

---

<sup>11</sup> Cheguei a cogitar a possibilidade da utilização de um intérprete para dar prosseguimento a estas conversas. Entretanto, nenhuma pessoa fluente em mandarim e português, dentre as que eu conhecia, alegou ter tempo para me acompanhar gratuitamente até os locais de comércio; os três que tinham esta disponibilidade eram profissionais (professores e tradutores) que cobraram por tal atividade valores os quais eu não tinha condições de pagar.

<sup>12</sup> Considerando que a legislação imigratória contempla a regra do *jus soli*, ou seja, o preceito de que a cidadania é determinada pelo lugar de nascimento e não pela paternidade (*jus sanguinis*), a utilização do termo “imigrante chinês de segunda geração” para se referir aos filhos desses imigrantes nascidos no Brasil soa como algo inadequado. Mas como um antropólogo que valoriza as categorizações énicas (nativas) eu opto por utilizar este termo já que ele é recorrente nas falas dos imigrantes investigados, muitos dos quais costumam dizer que seus filhos são brasileiros e imigrantes de uma segunda geração, simultaneamente.

brasileiro. Mais de 80% dos integrantes deste grupo declarou ter se naturalizado brasileiro e quatro deles vieram para o país no final dos anos 1970 ou no começo dos anos 1980, ou seja, são integrantes da referida segunda “onda” chinesa para o estado de Pernambuco. Os integrantes deste grupo pareceram ser respeitados pelos seus co-étnicos devido à sua idade, pela ajuda que fornecem aos novatos e que forneceram a alguns que atualmente, compõem o segundo grupo chinês da área.

O segundo grupo, que possui a faixa etária média de 36 anos, é composto por pessoas que atuam principalmente na comercialização das mercadorias por atacado, estes podem ser considerados os principais fomentadores da distribuição e conseqüente circulação dos produtos em demais cidades de Pernambuco e até mesmo em estados vizinhos como Alagoas e Paraíba. Alguns imigrantes deste grupo pareceram suscitar respeito dos outros chineses e um relativo receio dos comerciantes brasileiros. Este fato se deve, certamente, ao fato deles estarem ligados diretamente à importação e despacho dos principais montantes das mercadorias nos Portos de Recife e principalmente, no de Suape; ações estas que muitos brasileiros costumam associar a redes de contrabando. Aproximadamente 2/3 dos chineses desse grupo nasceram em Taiwan, 60% são casados (menos de 5% com brasileiras) e cerca de 50% possui filhos, mais de 80% destes nascidos no Brasil <sup>13</sup>. Os dezesseis integrantes deste grupo que responderam à pergunta sobre se tinham se naturalizado ou se viviam com algum tipo de visto afirmaram não ter se naturalizado e viver no Brasil com visto de permanência ou de trabalho.

Já o terceiro grupo, que possui a faixa etária média de 27 anos, é caracterizado, de forma majoritária, por chineses que não são proprietários dos estabelecimentos onde trabalham e que vieram das zonas rurais da RPC. Cerca de 3/4 nasceram na RPC e mais de 70% dos integrantes deste grupo são solteiros e não têm filhos. Neste segmento, encontram-se os imigrantes que, nestes ambientes específicos, desfrutam de menos prestígio social tanto interétnico (com os brasileiros), quanto intraétnico (com seus co-étnicos chineses) e apresentam, com relação aos integrantes dos outros grupos de chineses, o menor perfil socioeconômico. Sete homens deste grupo deixaram companheiras e filhos na RPC/Taiwan e lhes enviam remessas regulares de dinheiro.

---

<sup>13</sup> Alguns chineses deste grupo (assim como de outros) tiveram filhos com mulheres brasileiras sem terem se casado com elas. No cotidiano do comércio desta referida área em Recife, certas vezes brasileiros/as comentaram comigo sobre casos de homens chineses que possuíam duas famílias: uma “oficial” chinesa e outra “escondida”, brasileira.

Pelas minhas observações, muitos destes imigrantes apresentam uma dupla (quando não tripla) carga de trabalho: carregam mercadorias dos depósitos para as lojas, arrumam e fazem a limpeza dos boxes/lojas, atendem o público ou ainda podem ser “emprestados” ou “alugados” por seus patrões para outros chineses que por motivos diversos, possam necessitar de um empregado extra ou temporário. A maioria dos membros deste grupo não quis responder à pergunta sobre sua situação no país e apenas seis declararam viver no Brasil com visto de permanência ou de trabalho.

Apesar das divergências lingüísticas e políticas, os integrantes desses grupos se reconhecem mutuamente como chineses, ainda que o nível de pertencimento à identidade étnica chinesa e à terra natal pareça ser relativizado de acordo com o tempo de permanência no Brasil<sup>14</sup>. Essa citada relativização do nível de pertencimento tem a ver com as respostas à pergunta “Você se vê apenas como um imigrante chinês (*Zhongguó yímín*) ou você já se sente um pouco brasileiro (*Baxi rén*)?”: apenas duas pessoas do primeiro grupo responderam “imigrante chinês” (11 declararam se sentir mais “brasileiros” do que imigrantes e 3 disseram se sentir “as duas coisas”), sete pessoas do segundo grupo e quatro do terceiro afirmaram se sentir “brasileiros” e outras seis pessoas do 2º grupo e cinco do terceiro disseram se sentir “as duas coisas”.

Isso significa que ao menos em seus discursos, parte expressiva desses imigrantes vivencia a questão da ambivalência identitária; já que treze dos trinta membros do 2º grupo e nove das vinte pessoas do 3º grupo afirmaram se ver como “brasileiros de origem chinesa” ou não se reconhecer mais apenas como chineses. Em termos étnicos, dois pontos precisam ser considerados: o primeiro é que parte dos imigrantes que integram o que estou chamando de “segundo” e “terceiro” grupo viajam constantemente para a China e reforçam os vínculos familiares que possuem lá ou estão construindo novos vínculos naquele país através de relacionamentos afetivos.

O segundo ponto é que a maioria desses imigrantes que trabalham diretamente na comercialização de produtos *Made in China* costuma ser estigmatizada por parte da

---

<sup>14</sup> As distinções lingüísticas se referem aos chineses que em sua maioria falam mandarim e os cerca de 8% que são cantoneses (por que nasceram na província de Guangdong, RPC); como o mandarim e o cantonês (segunda maior língua da RPC) são línguas ininteligíveis entre si, alguns chineses que falam as duas costumam atuar como intérpretes nas conversas entre membros que só falam mandarim ou cantonês. As divergências políticas se devem ao fato da maior parte dos mais antigos, do 1º grupo, condenar o comunismo e defender a autonomia política taiwanesa, postura não partilhada pela maioria dos chineses do 2º e do 3º grupo, que costumam afirmar que a “rebeldia” taiwanesa é uma idiotice e que o autoritarismo do governo comunista seria algo sem importância frente o crescimento econômico da RPC.

sociedade local recifense como “chineses ligados à máfia” e talvez por isso, essas respostas que indicaram um certo apego ao Brasil e uma relativização do “ser chinês” tenham sido dadas. Para Thomas H. Eriksen (2002), não só questões econômicas impulsionam mudanças étnicas. Segundo esse autor, para membros de um grupo étnico estigmatizado, pode ser vantajoso assimilar determinados padrões ou características até mesmo se não houver compensação ao nível econômico, conquanto que exista a possibilidade da remoção de seu estigma.

Considerando que as visões que esses imigrantes chineses possuem acerca de suas identidades são influenciadas por concepções de pertencimento nacional, concordo com Cláudio Lomnitz (2001), quando este autor defende que o ponto central do nacionalismo é que se trata de um discurso produtivo, que permite aos sujeitos reatualizarem várias relações entre as instituições sociais, especialmente entre instituições estatais e outras formas de organização social. Na visão deste autor, o poder do nacionalismo se apóia, fundamentalmente, no fato de que ele fornece estruturas interativas através das quais se negociam relações entre as instituições do Estado e distintas relações sociais tais como as familiares, de trabalho, as formas de propriedade e de regulação do espaço público. Assim, Lomnitz nos alerta, entre outras coisas, de que a visão de um nacionalismo “genérico” ou “abstrato” não auxilia na compreensão das especificidades de seu conteúdo e nem da dinâmica de sua propagação. Para ele,

não podemos concluir que o poder do nacionalismo advém basicamente da ligação fraterna que promete a todos os cidadãos. Esse laço fraterno é fundamental, mas também são os laços de dependência, parte intrínseca de qualquer nacionalismo.

(Lomnitz, 2001: 45-46).

O fato dos imigrantes nascidos em Taiwan ou mesmo os favoráveis à idéia de nacionalismo taiwanês terem se definido como chineses pareceu ser indicativa não apenas de uma etnicidade chinesa compartilhada com os imigrantes nascidos na RPC, mas também de um necessário fortalecimento identitário de um grupo minoritário que de forma constante, precisa lutar contra desconfianças e rejeições de parte da sociedade anfitriã. Assim, não é que as diferenças socioculturais entre os chineses que trabalham

naquela área não sejam relevantes, mas sim que o compartilhamento étnico e cultural diminui a vulnerabilidade dos membros e promove uma coesão que pode se refletir em oportunidades de emprego ou vantagens econômicas aos imigrantes que optam por ela.

Esta suposição foi corroborada por dois interlocutores nascidos em Pequim que disseram às vezes sentir dificuldade em perceber outros chineses recém-chegados ou nascidos em Guangdong e Taiwan e que apresentam costumes culinários, crenças religiosas e maneiras de criar filhos diferentes das suas como chineses “de verdade”. Assim, elementos como *descontinuidades culturais* (Leach, 1996), que evidenciam possíveis contradições em sociedades ou grupos aparentemente homogêneos, se fazem presentes na vida dos chineses emigrados em Pernambuco. Descontinuidades essas que, nesse caso específico, podem (ou necessitam) ser negociadas em nome da construção de uma “chinesidade”. Esta não anula a heterogeneidade cultural do grupo, mas ao fornecer uma idéia de homogeneidade étnica (para a sociedade anfitriã), pode ajudar esses imigrantes a lutarem contra a desconfiança e a falta de boas oportunidades que a maioria encontra após deixar sua terra natal.

### **Organizações Comerciais da Gastronomia Chinesa em Pernambuco**

Em junho de 2007 eu comecei a frequentar os espaços voltados para a gastronomia/culinária chinesa no centro do Recife. Existem restaurantes e lanchonetes chinesas espalhadas por toda a cidade e região metropolitana e algumas na cidade de Caruaru, mas também há uma concentração evidente nos bairros de São José e Boa Vista/Recife; com isso, optei por começar as pesquisas deste ambiente focadas naquela delimitação e aos poucos e na medida do possível, ir conhecendo os demais estabelecimentos desta linha presentes em outras cidades. Nos dois citados bairros do centro do Recife, constatei a presença de 33 estabelecimentos comerciais (nove restaurantes, vinte e três lanchonetes e uma barraca itinerante) especializados na culinária chinesa e que contavam com a presença de imigrantes chineses trabalhando e/ou gerenciando as atividades.

Nos últimos cinco anos, o centro do Recife e alguns bairros da cidade viram o surgimento de inúmeras pastelarias e restaurantes chineses, algumas delas foram abertas por brasileiros e são “chinesas” apenas no que se refere aos tipos de produtos

comercializados e/ou categorias que lhes são atribuídas; mas a maioria destes estabelecimentos “chineses”, possui imigrantes como proprietários e atuando como chefes de cozinha ou no atendimento aos clientes. Por motivos óbvios, a investigação está focada nos ambientes que contam com a presença “física” dos chineses. Observando o cotidiano destes ambientes, foi possível verificar que eles apresentavam algumas semelhanças em relação às lojas de produtos importados: em cada estabelecimento costumava haver dois ou três imigrantes chineses, sendo que um destes, em praticamente todos estes estabelecimentos, era um que ficava no caixa; os outros atendiam os clientes ou vigiavam o trabalho dos demais funcionários, brasileiros.

A maioria desses referidos estabelecimentos oferece seus produtos a preços relativamente acessíveis e além de pastéis e pratos “típicos” chineses como *chun juan*<sup>15</sup>, arroz/macarrão “*shoup suey*”, entre outros, disponibilizam também nos seus cardápios pratos e iguarias bem familiares aos pernambucanos, como feijoada, coxinhas, empadas e esfirras; por isso, o movimento de fregueses nesses estabelecimentos costuma ser grande, já que eles são capazes de atrair tanto segmentos de públicos interessados nas “particularidades” chinesas, quanto pessoas que querem comer como em qualquer lanchonete/restaurante “popular”. Antes mesmo de começar a frequentar estes lugares com objetivos etnográficos, me chamava a atenção o fato de parte expressiva das pastelarias dos bairros da Boa Vista, São José e Santo Antonio, serem muito parecidas umas com as outras.

Depois que comecei as observações diretas, percebi que nove dessas pastelarias não possuíam apenas semelhanças em seus designs e nos produtos oferecidos: elas possuíam o mesmo nome (Pastelaria Chinesa *Gong*), vendiam os mesmos produtos por preços literalmente iguais, possuíam uma subdivisão onde ofereciam acessórios e assistência técnica para telefones celulares e faziam intercâmbios de funcionários chineses responsáveis pelo caixa. Esta última semelhança foi percebida quando Daniel, 19 anos, e Lee, 22 anos, cada um responsável pelo caixa de pastelarias distintas, foram vistos atuando na mesma função em duas novas pastelarias que foram abertas. Isso evidenciava a ligação que esses estabelecimentos tinham entre si; ligação esta

---

<sup>15</sup> Também conhecido como “rolinho primavera”, é uma receita comum na China que consiste em fritar legumes picados e enrolados numa capa de farinha de trigo.



comprovada pela informação dada por uma funcionária brasileira de que eles possuíam o mesmo proprietário: um imigrante chinês que estava “expandindo” seus negócios.

Ao mesmo tempo em que tentava conversar (e superar as dificuldades comunicacionais) com os chineses que trabalham em restaurantes/lanchonetes no centro do Recife, eu ia identificando a presença deles em estabelecimentos desse tipo em demais bairros da cidade e em Caruaru e Olinda. Aos poucos, fui tentando estabelecer contatos para ver se conseguia conversar com esses imigrantes ao menos acerca das onze perguntas que compunham o roteiro de entrevista que estava sendo aplicado no ambiente da venda de produtos importados no centro do Recife e que, caso fossem respondidas, forneceriam um panorama com informações básicas sobre aquelas pessoas.

As alegações de falta de tempo ou disponibilidade para conversar foram muito comuns. Diversos imigrantes recém-chegados para trabalhar nesses ambientes falavam apenas o citado “português de comércio” e alegavam, além disso, não entender mandarim pelo fato de terem nascido na província de Guangdong (Cantão)/RPC, ou seja, essas pessoas dominavam com fluência apenas o cantonês e com elas, não foi possível tentar conversar com meus escassos conhecimentos adquiridos de mandarim. Mas a minha predisposição em tentar falar (rudimentarmente) mandarim com os recém-chegados de Taiwan ou de outras províncias da RPC, aliado ao fato da pesquisa também estar, naquele momento, sendo feita em ambientes religiosos (de orientação budista e evangélica) e em ambientes que envolviam ensino de português para chineses (como o Centro Cultural e Educacional Brasil China), foram fatores importantes para que eu pudesse conhecer e estabelecer contatos com parte daquelas pessoas.

Consegui conversar e realizar o referido roteiro de entrevistas com 49 imigrantes chineses ou brasileiros de origem chinesa<sup>16</sup> que trabalham em lanchonetes e/ou restaurantes nas cidades de Caruaru, Olinda e, sobretudo, Recife, cidade na qual estão concentrados mais de 60% dos estabelecimentos deste tipo que identifiquei para este ambiente específico da pesquisa. Conversei em português com 35 pessoas, em mandarim com cinco e com outras nove pessoas nascidas em Guangdong pude conversar com a

---

<sup>16</sup> Vale salientar que este termo “brasileiro de origem chinesa” se refere não apenas aos membros da segunda geração, mas também a algumas pessoas que mesmo tendo nascido em Taiwan ou na RPC, preferem ser chamadas por esse termo ao invés de “imigrante chinês” e disseram que gostariam de assim serem identificadas nessa pesquisa. Alguns desses “brasileiros de origem chinesa”, que possuem avós e pais chineses residindo no Brasil não são, necessariamente, integrantes de uma “terceira geração”; isso por que tanto seus pais quanto seus avós nasceram na RPC ou em Taiwan.

ajuda de três chineses que falam português e cantonês (além de mandarim), e que, em certos momentos, puderam e aceitaram gentilmente atuar como intérpretes das conversas.

Os dados coletados nessas 49 entrevistas, que foram realizadas com 26 homens e 23 mulheres que trabalham todos os dias ou apenas nos fins de semana em restaurantes e lanchonetes de comida chinesa localizados nas cidades de Recife, Jaboatão, Olinda e Caruaru, permitiram estabelecer uma subdivisão de quatro grupos de imigrantes. O primeiro grupo é composto por 12 pessoas que chegaram ao Brasil antes de 1990 e que possui a média de idade de 48 anos. O segundo grupo corresponde a 13 pessoas que chegaram ao Brasil na década de 1990 e que possui a média de idade de 36 anos. O terceiro grupo corresponde a 16 pessoas que chegaram ao Brasil após o ano de 2000 e que possui a média de idade de 25 anos. O quarto e último grupo é composto por integrantes da segunda geração: 8 pessoas que nasceram no Brasil, que possuem pais chineses e que estão com uma média de idade de 19 anos.

O primeiro grupo é composto por imigrantes que pareceram estar financeiramente estabilizados e que em sua maioria são proprietários dos estabelecimentos onde trabalham. Todos desse segmento são naturalizados brasileiros e disseram ser casados com co-étnicos e terem filhos nascidos no Brasil. Dez nasceram em Taiwan e dois na RPC. Nove disseram se sentir brasileiros de origem chinesa ou “sino-brasileiros”. Os integrantes deste grupo disseram ter ajudado outros chineses a vir trabalhar em Pernambuco e terem também sido ajudados por brasileiros e outros co-étnicos assim que desembarcaram no Brasil, seja em Recife ou inicialmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Duas pessoas desse grupo, Paulo, 42 anos, e Chico, 45 anos, ambos nascidos em Taipei/Taiwan e que preferem ser chamados de brasileiros de origem chinesa, alegaram que foram os principais responsáveis pelo estabelecimento de uma “ponte”, a partir do ano de 2001, que teria sido responsável pela vinda para Pernambuco de mais de cinquenta chineses nascidos em Guangdong/RPC para trabalharem em lojas de produtos importados, mas, sobretudo, em lanchonetes e restaurantes.

Segundo Paulo, proprietário de um restaurante, mais de 70% do que as pessoas consomem no Recife acreditando ser “comida chinesa” seria na verdade comida cantonesa adaptada; ele disse que viaja ao menos uma vez por ano para a RPC (principalmente para Guangdong) para se “atualizar” tanto acerca de novas “tendências” na preparação dos pratos quanto acerca de novos contatos com bons cozinheiros que

aspirem deixar a China. Em sua opinião, hoje a província de Guangdong é uma espécie de “Meca” para a qual muitos chineses pobres de outras províncias e que desejam mudar de vida seguem visando lá encontrar oportunidades para trabalhar com “comida” ou emigrar em função de uma oportunidade nessa linha.

Quando perguntei a Paulo se ele recebia alguma quantia em dinheiro para “trazer” chineses de Guangdong para Pernambuco, ele disse que recebia “agrados”, mas salientou que faria isso unicamente por amizade e apenas com o interesse de ajudar outros chineses. Alguns integrantes desta subdivisão em função do tempo de chegada ao Brasil e que estou chamando de “primeiro grupo” disseram que já tinham “mexido” com culinária, seja em Taiwan ou na RPC e que aqui no Brasil, já trabalharam com produtos importados e/ou em lavanderias, embora quatro tenham salientado que trabalham com culinária por prazer e não apenas por obrigação.

O segundo grupo é composto, majoritariamente, por pessoas que trabalham entre familiares (em sua maioria consanguíneos) e que já tinham trabalhado com culinária na terra natal antes de emigrar ou nos países onde residiram antes de chegar ao Brasil, como Paraguai, Argentina e Peru, entre outros. Oito nasceram em Taiwan e cinco na RPC. Nove pessoas deste grupo disseram ser casados/as, sete com chineses/as e dois homens chineses com mulheres brasileiras. Sete disseram ter se naturalizado brasileiros e os demais que possuíam visto de trabalho ou de permanência legal. Cinco disseram se sentir apenas imigrantes chineses e oito disseram se sentir brasileiros de origem chinesa ou “as duas coisas”. As onze pessoas desse segundo grupo que disseram possuir algum filho/a nascido/a no Brasil demonstraram um apego maior a esse país do que os dois que disseram não ter filhos; não por coincidência, todos os oito neste segmento que se declararam se sentir brasileiros de origem chinesa ou “as duas coisas” (brasileiros e chineses) vivenciaram a experiência da paternidade/maternidade em território brasileiro e se referiram diretamente a este fato como complementação às respostas acerca de como se reconheciam, respostas essas que procuraram um certo afastamento da condição de imigrante.

Já o terceiro grupo é caracterizado, de forma majoritária, por chineses que não são proprietários dos estabelecimentos em que atuam e nos quais trabalham com ou para “irmãos” ou “tios” adquiridos (com os quais não compartilham consanguinidade, em sua maioria); 14 dos 16 desse segmento nasceram em zonas rurais da RPC ou da província de

Guangdong em particular. Assim como parte do terceiro grupo encontrado no ambiente de comércio de importados no Recife, percebi que algumas pessoas desse terceiro grupo (que trabalha em restaurantes e/ou lanchonetes) também podem ser “emprestados” ou “alugados” por seus patrões para outros chineses que venham necessitar de um empregado extra.

Dois desse terceiro grupo nasceram em Taiwan, e dos 14 que nasceram na RPC, 9 vieram da província de Guangdong. Seis disseram ser casados/as: cinco com chineses/as e um homem chinês com uma mulher brasileira; este último homem inclusive alegou que não “assinou papel”, ou seja, se considera casado embora não tenha oficializado sua união conjugal perante a lei. Os doze que aceitaram responder à pergunta sobre sua situação no Brasil disseram estar com vistos de trabalho e/ou permanência. Cinco disseram ter filhos nascidos no Brasil. Onze disseram se sentir apenas imigrantes, três disseram se sentir as “duas coisas” e os outros dois que estariam ficando “brasileiros” e como indícios deste suposto processo, esses dois últimos homens se referiram ao seu apreço por tomar “cana” (caipirinha) ou comer churrasco de carne bovina.

As oito pessoas do quarto grupo identificado nesses ambientes (dos que nasceram em território brasileiro) trabalham apenas nos finais de semana ou nos períodos de férias escolares. Todos disseram fazer cursos universitários e atuavam nos estabelecimentos de suas famílias. Nenhum deles é casado, seis nasceram no estado de Pernambuco e dois no estado de São Paulo. Dois possuem pais nascidos na RPC e seis possuem pais nascidos em Taiwan. Eles disseram ter apenas a nacionalidade brasileira e se definiram como brasileiros, brasileiros de origem chinesa ou sino-brasileiros. Quando questionados sobre como era ter o pai ou mãe como patrões, cinco disseram que era “normal”, “tranquilo” ou que “era bom” e três pediram para “pular” essa questão.

Algumas pessoas dos três primeiros grupos identificados nesses ambientes (integrado por pessoas que não nasceram no Brasil) fizeram referências a fatores como seus bons relacionamentos com os brasileiros (consumidores, fornecedores, amigos, vizinhos e conhecidos), as necessárias adaptações dos pratos chineses ao paladar dos consumidores brasileiros e também a sentimentos que julgam serem confucionistas como devoção filial (aos parentes que ficaram na terra natal), solidariedade (aos brasileiros e aos co-étnicos) e lealdade ao país em que nasceram. Dois interlocutores, um que nasceu em Taiwan e outro que nasceu na RPC, falaram de tais sentimentos como fatores que

justificariam suas “aventuras” em países tão longínquos como o Brasil; fatores esses que inseririam essas suas “aventuras” em um contexto de vínculos e compromissos com suas “origens” que age, por exemplo, através de elementos como remessas regulares de dinheiro para a RPC e para Taiwan, mais precisamente para seus respectivos pais ou avôs que lá residam.

Diferente da maior parte do segmento dos chineses que atuam na intermediação e/ou comercialização de produtos importados da China, os chineses que trabalham com gastronomia me pareceram ser vistos por parte expressiva dos brasileiros a partir de estereótipos “positivos”. Diversos interlocutores brasileiros, ao falar sobre os chineses que trabalham em lanchonetes e restaurantes fizeram referência a elementos como “apego à tradição (culinária chinesa)”, “tino comercial” e “disposição pra trabalhar”, entre outros. Com isso, as relações interétnicas desenvolvidas nesses ambientes específicos apresentam particularidades (em relação às do comércio de produtos importados) como, por exemplo, as que envolvem parcerias comerciais entre brasileiros e chineses.

Nesses ambientes, tais parcerias em sua maioria são estruturadas de formas bem mais “visíveis” e quatro brasileiros, que costumam fornecer ou intermediar a compra de frutas, carnes, verduras e demais produtos para comerciantes chineses (ou brasileiros de origem chinesa) dessas lanchonetes e restaurantes, disseram que se pudessem escolher seus fregueses, prefeririam os chineses, que consideram ser mais fiéis aos compromissos e dívidas. Entretanto, não podemos desconsiderar que a presença chinesa com tantas lanchonetes e restaurantes em espaços como o centro do Recife não é bem vista por todos os brasileiros, afinal alguns pernambucanos que trabalham neste ramo comercial perderam parte expressiva de suas clientela nos últimos anos devido à presença (e especialização) dos membros desse grupo étnico no ramo da alimentação e por isso, costumam criticar tanto a presença desses imigrantes quanto o governo brasileiro, que seria muito conivente e “bonzinho” com os chineses. Segundo dois brasileiros proprietários de lanchonetes no bairro de São José/Recife, tal suposta conivência do governo brasileiro facilitaria o aumento da “ninhada” de chineses que consideram existir atualmente espalhada em diversos pontos comerciais do centro do Recife.

### **Etnicidade e Transnacionalidade nas relações interétnicas**

Como vimos, estas duas esferas comerciais (de produtos importados e de gastronomia) são atravessadas por segmentações étnicas provocadas pelas relações interétnicas que a vinda de imigrantes de origem chinesa acarretou no Recife. Por essa razão, considero que diálogos entre concepções de etnicidade e de transnacionalidade devem ocorrer para que a consecução de qualquer análise social desta realidade seja minimamente consistente. Acredito que a idéia que Thomas Eriksen (2002) defende em seu livro *“Ethnicity and Nationalism”*, de que a identidade étnica seria um idioma através do qual os grupos sociais transmitiriam suas distintividades culturais, é profícua a este contexto investigado, pois ela remete a instâncias sociais e cognitivas que nos ajudam a pensar melhor a questão das fronteiras e dos limites presentes nas relações interétnicas; nesta visão, a etnicidade não é dependente de diferenças culturais nem de diferenças linguísticas, mas ela pode ser acionada através destas diferenças.

Neste citado livro, Thomas Eriksen versa sobre como aspectos centrais que envolvem processos sociais ligados à etnicidade podem ser desenvolvidos, comunicados e reproduzidos culturalmente no sentido de estabelecer distinções. Em seu clássico texto *“Os grupos étnicos e suas fronteiras”*, Fredrik Barth (2000) alega que os estudos sobre etnicidade devem focar-se na manutenção e nas consequências das fronteiras étnicas, já que ele considera os grupos étnicos principalmente em termos de sua organização social. Nessa vertente, acredito ser coerente pensar que Eriksen (também norueguês como Barth) foi formado em um contexto acadêmico e teórico onde ele pôde não apenas se aprofundar nos preceitos relacionais e processuais barthianos, mas, sobretudo, tentar re-dimensioná-los, lhes acrescentando perspectivas e considerações que por certos motivos, não foram contemplados por Barth.

Considero pertinente o relato do caso específico de servos e croatas (Eriksen, 2002), que viviam pacificamente desde 1945 (falando a mesma língua e com membros se casando entre si), e que com a eclosão da guerra em junho de 1991, ambos grupos reforçaram profundamente as principais diferenças culturais entre eles (que diziam respeito a práticas variantes de Cristianismo e ao uso de alfabeto e escrita diferentes). Sem dúvida, este caso exemplifica bem o ponto acima citado. Pois, se para Barth a descontinuidade entre os grupos étnicos são principalmente descontinuidades sociais, e não culturais, então quando Eriksen defende que as diferenças culturais se referem à

etnicidade apenas se tais diferenças se tornam relevantes na interação social, ele reforça a ênfase relacional já colocada por Barth e, além disso, amplia as problemáticas acerca destas diferenças culturais, quando traz para a cena de discussão a possibilidade da mobilização de memórias coletivas visando comunicar distinções culturais.

Com relação à ideia de transnacionalidade, Gustavo Lins Ribeiro (2000) coloca que ela aponta para uma questão central:

A relação entre territórios e os diferentes arranjos socioculturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam pertencimento a unidades socioculturais, políticas e econômicas. Isso é o que denomino modos de representar pertencimento a unidades socioculturais e político-econômicas. Esses modos são centrais para a definição de alianças em múltiplos contextos de cooperação e conflito. São precisamente as formas pelas quais nos integramos a esses guarda-chuvas simbólicos, que estão mudando rapidamente com a globalização.

(Ribeiro, 2000: p. 94).

Ribeiro explora esta questão da transnacionalidade apresentando sete conjuntos de condições que considera serem separáveis apenas em termos analíticos e expositivos, são elas: condições integrativas, históricas, econômicas, tecnológicas, ideológicas e culturais, sociais e rituais. Os dados que venho coletando desde 2006 evidenciam as pertinências que os pressupostos de Ribeiro acerca da transnacionalidade apresentam em relação a uma série de fatores que foram e continuam sendo delineados pela comunidade chinesa de Pernambuco, em suas organizações comerciais e em demais esferas de sociabilidade. O que julgo ser mais pertinente entre esses diálogos da ideia de transnacionalidade com a de etnicidade é sua possível complementaridade às práticas econômicas fomentadas por esses imigrantes. Descrições e análises das principais esferas econômicas e de trabalho nas quais eles atuam no ramo da gastronomia e do comércio de produtos importados nas cidades de Recife e Caruaru, evidenciam a noção étnica de associar o possível sucesso dos seus respectivos negócios ao fato de serem chineses, de “pensar diferente dos brasileiros”; enfim, em uma nítida associação das práticas comerciais que fomentam com suas identidades e vinculações étnicas particulares.

Diante disso, penso que a idéia de *capitalismo étnico*, formulada a partir de pressupostos colocados por Kwok-bun Chan (2005), apesar de suas fragilidades teóricas e analíticas<sup>17</sup>, dialoga com importantes características encontradas etnograficamente e/ou referidas por certos interlocutores que trabalham tanto com produtos importados *Made in China* quanto com o ramo da alimentação. Falando sobre parte do seu itinerário como um comerciante de produtos importados que se mudou para o ramo da alimentação e que obteve o que considera êxitos, tanto em uma esfera comercial quanto em outra, Sr. Jinio, 60 anos e nascido em Taiwan, comentou sobre o papel importante que as relações intra-étnicas desenvolveram nesses processos:

Se a gente não se ajudasse, a gente não tava como tá, os brasileiro é bom mas só começa a ter confiança na gente quando vê que o negócio tá andando. Só que pra começar a andar, teve que ter trabalho, parceria antes.

Outros interlocutores se referiram a esse papel importante que consideram ter sido exercido pelas relações com outros chineses para o desenvolvimento das suas atividades comerciais particulares; alguns falaram especificamente sobre os conflitos ideológicos (como entre parte dos que vieram de Taiwan e são anticomunistas e os que nasceram na RPC e defendem o regime político daquele país) que precisaram ser superados em favor da necessidade dos chineses se apoiarem mutuamente e trabalharem, se não todos em parceria, pelo menos todos conscientes da maior vulnerabilidade que teriam se as divergências se transformassem em dispersões. Assim, uma noção de “solidariedade chinesa” teria sido desenvolvida em contextos transnacionais de comércio a partir desses imigrantes que, compartilhando certas origens, tradições e alianças ligadas à etnicidade, conseguiram penetrar regras burocráticas e transcender diferenças ideológicas internas.

Para Portes (apud Chan, 2005), impedidos de entrar na economia capitalista hegemônica, os imigrantes respondem criando seu próprio capitalismo. De acordo com preceitos expostos por Chan (2005) e baseados em pesquisas etnográficas realizadas com imigrantes chineses no Canadá durante as décadas de 1970 e 1980, os conflitos e as

---

<sup>17</sup> Diversas críticas podem ser associadas a este conceito e destaco apenas uma: afinal, considerando que qualquer modalidade de capitalismo está relacionada historicamente a um determinado grupo ou sociedade, qual tipo de capitalismo não seria étnico e estaria dissociado de qualquer concepção ou relação de alteridade?



disputas comerciais (como as que envolvem os chineses e parte dos comerciantes da sociedade local brasileira em Pernambuco) podem ser analisadas enquanto reflexos de um choque de práticas e ideologias econômicas que são representadas e experimentadas em termos étnicos e culturais através de determinados grupos fomentadores, como o que esses imigrantes investigados constituem.

O discurso étnico de alguns comerciantes chineses com os quais convivi identifica suas particularidades culturais enquanto recursos que explorariam economicamente e de maneira profícua os lugares que residam ou que porventura atuem. Assim, as práticas de comércio transnacional desses chineses são construídas a partir da mobilização e do diálogo de elementos étnicos com atividades comerciais e econômicas. É nesse sentido específico, construído a partir das falas de alguns interlocutores e das observações e reflexões fomentadas por este contato, que vejo a ideia de *capitalismo étnico*, que por sua vez tem a ver com a noção de *segmentação étnica do mercado de trabalho* de Eric Wolf (1982: 42-88).

Concordo com Gustavo Lins Ribeiro (2008), quando ele comenta que

Eric Wolf introduziu a noção de segmentação étnica do mercado de trabalho na antropologia, articulando seu conhecimento histórico e antropológico da formação do sistema mundial em escala de vários séculos. Wolf mostrou claramente como as diversas necessidades por trabalho humano do sistema em expansão foram colocando juntas, em posições variantes, populações com características distintas. Em geral, os migrantes recém-ingressos no mercado de trabalho entram nas posições inferiores. A noção de mercado de trabalho etnicamente segmentado considera como primordiais os processos migratórios provocados em escala global pela expansão capitalista e mostra como determinadas etnias ocupam posições que podem ser alteradas, para melhor ou para pior, com o decorrer do tempo. Sua plasticidade permite manipulá-la, ampliando seu poder heurístico, para pensar desde grandes unidades de análise como um determinado Estado-Nação até o mercado de trabalho específico de uma fábrica, por exemplo, ou de um grande projeto como fiz no meu estudo sobre Yacyretá (veja Ribeiro, 1991, 1994) ou sobre o Banco Mundial (Ribeiro, 2001). Ela também permite perceber que, com o desenvolvimento capitalista, a complexidade dos arranjos de segmentação étnica foi aumentando criando sistemas interétnicos com alteridades múltiplas.

(Ribeiro, 2008: pp. 17-18).

No caso de Pernambuco, levanto a hipótese de que tais modalidades de capitalismo e segmentação étnica do mercado de trabalho existem através de redes sociais (*huiguan*) baseadas em vínculos étnicos transnacionais e parentescos consanguíneos e metafóricos. Redes essas que podem ser vistas como estratégias para lutar contra a desconfiança da sociedade local e não-chinesa nos períodos de maior vulnerabilidade das experiências migratórias e, simultaneamente, nos quais, como colocou o Sr. Jinio, os imigrantes mais necessitariam de parcerias e ajudas. Seguindo a proposta de Chan, penso que os empreendimentos fomentados por esse possível tipo de capitalismo são desenvolvidos a partir das oportunidades da economia anfitriã de um lado e dos recursos e características particulares dos grupos emigrados do outro.

Entretanto, é importante enfatizar que o possível reconhecimento de tal modalidade de capitalismo não despreza seus problemas intrínsecos e nem o romantiza: afinal seria incoerente negar que o que pode ser chamado de “capitalismo étnico” ou “segmentação étnica-econômica do mercado de trabalho” pode reforçar, ramificar ou até mesmo reinstalar relações diversas de desigualdade entre os imigrantes chineses investigados. Um importante interlocutor nascido na RPC e com o qual pude desenvolver laços de confiança e amizade me confidenciou, por exemplo, que diferente do que ocorre em Cidade do Leste/Paraguai, no Recife, as punições relativas às quebras de confiança que envolvem as práticas de *guanxi*<sup>18</sup> não seriam violentas com os “desertores” envolvidos nela por que alguns chineses, em comum acordo com brasileiros que participam de tais práticas, decidiram não “chamar a atenção” da imprensa e de ONGs

---

<sup>18</sup> O *guanxi* é um termo chinês que numa tradução literal significa relacionamento, mas que na cultura chinesa denota relacionamentos sociais específicos entre duas ou mais pessoas; relacionamentos esses que visam a consecução de determinados objetivos (comerciais, financeiros, logísticos, entre outros) e que são fundamentados, prioritariamente, em ideais de confiança e lealdade (*xinyong*). As relações promovidas pelo *guanxi* não envolvem necessariamente elementos de ilegalidade e corrupção, mas como Rosana Pinheiro Machado (2007b) já verificou, elas podem facilmente abrir caminho para contravenções ou acabar envolvendo tais elementos. Fora do território chinês, o *guanxi* costuma ser associado a atividades ilícitas até mesmo por chineses emigrados, embora dentro da China as práticas que ele fomenta estejam tão entranhadas no setor político/industrial e na vida social como um todo, que chegam a adquirir um caráter “natural” e serem vistas como algo “cotidiano”. Cristina Mei Chaw, 28 anos (integrante da segunda geração e uma das minhas principais interlocutoras) concordou com essa idéia de que o *guanxi* fora da China costuma ser estigmatizado e também me alertou sobre um ponto importante do meu processo de pesquisa: “*Quando você foi apresentado pra alguns chineses e sabia que com isso ia se relacionar melhor com eles, você tava fazendo guanxi*”. Ou seja, de certa forma as diversas estratégias que utilizei para ser aceito e ganhar simpatia e confiança dos interlocutores, podem ser vistas como modalidades de *guanxi*. Para uma melhor contextualização acerca do *guanxi*, ver Kipnis (1997) e Yan (1996).

ligadas a direitos humanos atuantes em Pernambuco que, caso ficassem sabendo dessas punições, fariam denúncias que poderiam comprometer o desenvolvimento das redes comerciais onde atuam. Nesse sentido, em termos analíticos, essas idéias de *capitalismo étnico*, *segmentação étnica do mercado de trabalho* e *guanxi* não podem contemplar apenas elementos internos ao grupo, mas também considerar os externos que recaem sobre eles.

Apesar de terem elementos que podem de certa forma aprisionar seus integrantes, as práticas de *guanxi* e a intersecção de elementos étnicos com atividades comerciais não são incompatíveis com a idéia de “arriscar e ser livre” colocada por diversos interlocutores e que seria uma das principais motivações para a emigração dos chineses. Um ponto fundamental é que tanto o *guanxi* quanto a *segmentação étnica* das práticas econômicas costumam ser temporários e imprescindíveis aos momentos de maior vulnerabilidade, nos quais imigrantes chineses recém-chegados mais necessitam de ajuda e simultaneamente, mais são vistos com desconfiança pelas sociedades anfitriãs.

Ou seja, apesar de seus problemas intrínsecos e de suas possíveis fragilidades teóricas e analíticas, o *guanxi*, o *capitalismo étnico* e a *segmentação étnica do mercado de trabalho* (ou os diferentes nomes que venham a rotular as realidades e os aspectos que estes termos representam) podem ser fundamentais para a sobrevivência de alguns chineses. Uma evidência da temporalidade do *guanxi*, por exemplo, é que dois interlocutores da segunda geração que ajudam nos fins de semana os negócios dos seus pais disseram que relações de confiança e focada em favores que podem ser vistas como *guanxi* provavelmente foram feitas por boa parte dos comerciantes chineses assim que chegaram ao Recife, mas que após se estabilizarem, esses comerciantes teriam deixado de lado tais práticas para “caminhar com suas próprias pernas”.

### **Considerações Finais**

A comunidade chinesa de Pernambuco é heterogênea. Mas tal diversidade não inviabiliza a análise de seus diferentes universos constitutivos enquanto agrupados ou pelo menos interpretáveis a partir de uma convergência. Isso porque tudo o que constitui e fundamenta a vida social desses imigrantes investigados é mobilizado e re-configurado

nesse circuito de deslocamentos da China/Taiwan para Pernambuco (e de Pernambuco para a China, como está ocorrendo com boa parte da segunda geração).

As práticas de *guanxi*, o desejo de “arriscar e ser livre”, os vínculos estabelecidos a partir dos laços de parentesco metafóricos e consanguíneos, a forma como vivenciam a segmentação étnica dos mercados de trabalho aonde atuam nos países anfitriões e a diversidade de práticas religiosas pelos imigrantes investigados (veja Silva 2008), tudo isso constitui um conjunto de inter-relações presentes ou fomentadas pelo fenômeno da diáspora chinesa que permite que tal fenômeno possa ser visto pelo prisma de uma totalidade transnacional. De fato, a diáspora chinesa em Pernambuco é representativa do entrelaçamento entre identidades étnicas e as condições (integrativa, histórica, econômica, tecnológica, ideológica, cultural, social e ritual) que são necessárias para o estabelecimento da transnacionalidade (Ribeiro 2000: 93-129).

Por que o transnacionalismo é uma questão essencial neste processo? Tal fenômeno equivale a um nível de integração que atravessa todos os outros e cujo espaço pode apenas ser concebido como difuso e disseminado em uma rede e que por isso, não corresponde a realidades territoriais tais como os níveis local, regional, nacional ou internacional, que podem ser representados em termos de áreas delimitadas. Este fato altera significativamente as relações entre territórios e os diferentes arranjos sociais, políticos e identitários daqueles que vivenciam a transnacionalidade (Ribeiro 2000: *op. cit.*). É fundamental problematizar quais experiências podem ser consideradas como transnacionais ou não, porque níveis variados de experiências refletem poderes diferenciados de estruturação que, por sua vez, influenciam na relativização dos padrões de inclusão e recepção dos imigrantes nestes guarda-chuvas políticos e simbólicos que continuam sendo os Estados-nação.

Com isso, as legislações imigratórias precisam saber lidar com pessoas como os imigrantes chineses temporários. Daqueles que participam da comunidade chinesa de Pernambuco e suas organizações comerciais (ainda que sazonalmente), os temporários são as pessoas que melhor se aproximam da condição de cidadãos transnacionais, ao lado dos membros da segunda geração. Este fato se deve principalmente à transitoriedade da vida destas pessoas. Por exemplo: durante a pesquisa etnográfica nas lojas chinesas do centro do Recife, foi comum ver imigrantes trabalhando em uma determinada loja em um mês e no seguinte, outros estarem nos seus lugares. Sobre tais trocas de empregados,

diversas vezes a resposta que os proprietários ou gerentes deram foi: “ele/a veio ficar no lugar do/a outro/a”. Os chineses que atuam nesta esfera de comércio costumam chamar estes imigrantes, que vivem apenas sazonalmente fora do território chinês/taiwanês devido a questões de trabalho e/ou relacionadas com laços de parentesco e amizade de “temporários”. Esse fator está associado, sobretudo, às dinâmicas das redes de comércio transnacional nas quais estas pessoas atuam. Os temporários possuem uma função específica neste ponto de convergência e interconexão do *sistema mundial não-hegemônico* (Ribeiro: 2006) que existe em Pernambuco. Simultaneamente, os chineses temporários (assim como milhares de outros imigrantes em condições semelhantes ao redor do mundo) são aqueles que mais sofrem com as esferas regulatórias e de coação dos estados nacionais, ainda que tais esferas possam ser bastante relativizadas.

### **Referências Bibliográficas**

- BARTH, Fredrik. 2000. [1969]. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-capas.
- CARTIER, Carolyn; MA, Laurence J.C. 2003. *The Chinese Diaspora. Space, place, mobility and identity*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- CHAN, Kwok-bun. 2005. *Migration, ethnic relations and chinese business*. London: Routledge.
- CLIFFORD, James. 1994. Diasporas. *Cultural Anthropology*. 9 (3): 302-328.
- COOPER, John. 1999. *Taiwan. Nation-State or Province?* Boulder: Westview Press.
- CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, P. P. T. 2005. Libaneses e Chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio do Rio de Janeiro. *Anais da VI RAM*, 2005.
- ERIKSEN, Thomas H. 2002. [1993] *Ethnicity and Nationalism*. London: Pluto Press.
- GUMPERZ, John. 1972. The Speech Community. In P. P. Giglioli (Ed.). *Language and Social Context*. Harmondsworth: Penguin, pp: 219-231.
- HO, Yeh Chia; LAUAND, Luiz Jean. 1997. Estudo Etimológico de Algumas Formas Quotidianas em Chinês. In LAUAND, Luiz Jean. (Org.). *Ética e Antropologia: Estudos e Traduções*. 1 ed. São Paulo: Mandruvá.
- KIPNIS, Andrew B. 1997. *Producing Guanxi*. Durham: Duke University Press.
- LEACH, Edmund. 1996 [1954]. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.

- LEITE, José Roberto Teixeira. 1999. *A China no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.
- LOMNITZ, Claudio. 2001. O Nacionalismo como sistema prático – A Teoria de Benedict Anderson da perspectiva da América Hispânica. *Novos Estudos CEBRAP*, 01 (59): 37-61.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. 2007a. A ética confucionista e o espírito do capitalismo. *Horizontes Antropológicos*, v. 28, p. 145-174.
- \_\_\_\_\_. 2007b. *Entre dádivas, ganbei e guanxi: O papel das relações pessoais no entendimento do crescimento econômico da China contemporânea*. CD - Anais da Anpocs.
- \_\_\_\_\_. 2008. China-Paraguai-Brasil: Uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 67 (10): 117-133.
- MANTHORPE, Jonathan. 2005. *Forbidden Nation: A History of Taiwan*. New York: Palgrave Macmillan.
- MORGAN, Marcyliena. 2004. Speech Community. In Alessandro Duranti (Ed.). *A Companion to Linguistic Anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1991. *Empresas Transnacionais. Um grande projeto por dentro*. São Paulo/Rio de Janeiro, Marco Zero/ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. 1994. *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina. The Yacyretá High Dam*. Gainesville: University Press of Florida.
- \_\_\_\_\_. 2001. “Planeta Banco: Diversidad étnica en el Banco Mundial”. In Daniel Mato (org.), *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en Tiempos de Globalización 2*. Buenos Aires/Caracas: CLACSO-UNESCO, pp. 103-118.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília: Editora UNB.
- \_\_\_\_\_. 2006. Economic Globalization from Below. *Etnográfica*. 10 (2): 233-249.
- \_\_\_\_\_. 2008. Do nacional ao global. Uma trajetória. *Série Antropologia – UnB*. 422 (1): 07-51.
- SILVA, Marcos de Araújo. 2008. *Guanxi nos Trópicos. Um Estudo sobre a Diáspora Chinesa em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado em Antropologia/UFPE – Recife.

- SPROVIERO, Mario Bruno. 1990. A China em confronto com o Ocidente. In: *Anais do Simpósio Cultura Oriental e Ocidental: Projeções*, 1990, São Paulo. São Paulo: USP.
- \_\_\_\_\_. 2004. A participação dos chineses nas Américas: Brasil e Estados Unidos em Comparação. *China Em Estudo*. São Paulo, v. 6, p. 117-122.
- \_\_\_\_\_. 2001. O imigrante chinês no Brasil e em outros países. *Jornal do Imigrante*, São Paulo, Ed. maio.
- ZHANG, Li; ONG, Aihwa. 2008. *Privatizing China: Socialism from afar*. Ithaca: Cornell University Press.
- WOLF, Eric. 1982. *Europe and the people without history*. Berkeley: CUP
- YAN, Yunxiang. 1996. *The Flow of Gifts*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- ZHANG, Li; ONG, Aihwa. 2008. *Privatizing China: Socialism from afar*. Ithaca: Cornell University Press.